



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 24 DE MARÇO DE 1999

Senhora Presidente do Conselho do Comunidade Solidária, Doutora Ruth Cardoso; Doutor Clóvis Carvalho; Doutor Milton Seligman; Senhores representantes do Pronaf; Senhores interlocutores; Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, quero expressar a minha satisfação de poder, uma vez mais, voltar a esta sala, para conversar e, desta feita, não apenas com os assim chamados interlocutores, mas também com representantes locais do Pronaf, a respeito das orientações básicas do governo, em matéria de política social.

Momento agora, que é o momento em que o Brasil passa por transformações advindas da situação financeira, não só internacional como local, é importante que haja uma posição muito clara do governo, a respeito de suas políticas sociais.

Muito freqüentemente se diz que o governo, pelo menos no mandato passado, se empenhou, de forma... (*O sistema de som do auditório começa a apresentar defeito*) Espero que a política social seja melhor do que a tecnologia daqui do Planalto. (*O sistema de som volta a funcionar*)

Eu dizia que, freqüentemente, ouço referências de que, pelo menos no que diz respeito ao mandato anterior, o governo teria se empenhado – o que é verdadeiro – na luta para combater a inflação e garantir condições de estabilidade da economia, mas que não teve o mesmo empenho em outros aspectos importantes da política brasileira, tanto no que diz respeito ao crescimento econômico quanto à política social.

Hoje, não é o momento de discutir política de crescimento econômico, mas de discutirmos políticas sociais. Creio que laboraram em ledo engano os que acreditam que não houve empenho do governo na transformação da visão de políticas sociais no Brasil. Houve. E, mais do que isso, houve definições claras de prioridades, decisões que implicam escolhas e que se refletiram no modo pelo qual, em áreas sensíveis das políticas sociais, a atuação governamental se modificou.

Antes de entrar diretamente naquilo que nos interessa mais de perto hoje, que são as áreas afetas aos programas do Comunidade Solidária, eu queria, apenas de passagem, mencionar, em alguns setores, a ênfase que foi dada a certas políticas sociais e o porquê delas.

Muito claramente, na área educacional, houve uma opção pela educação de base, pela educação fundamental. Essa opção foi feita com consciência de que, ao se fazê-la, outros setores estariam relativamente prejudicados. Os recursos são finitos e as decisões sobre recursos finitos implicam aumentar para uns e estabilizar – diminuir não é o caso –, mas estabilizar para outros.

Não me refiro tanto à questão dos recursos financeiros, os quais, pela tradição brasileira de serviços crescentes às camadas mais favorecidas, em detrimento das menos favorecidas, têm uma história que levou a que houvesse, sempre, um acrescentamento de recursos, exatamente para as áreas que atendem às populações mais favorecidas.

Então, mesmo quando se comece, quando nós começamos, a mudar a ênfase, para atender as camadas menos favorecidas, isso não quer dizer terem diminuído, em termos absolutos, os recursos à disposição das camadas mais favorecidas.

Mas, inequivocamente, no setor educacional, a ênfase foi para a educação fundamental. E os resultados estão aí. Há poucos dias, nes-

ta mesma sala, o Ministro da Educação fez um balanço sobre os efeitos de um programa chamado Fundef, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, e mostrou como, através dele, não apenas houve o aumento de salário real dos professores primários, nas zonas mais pobres do Brasil, como, também, melhoria efetiva no atendimento às crianças dessas áreas, e o aumento da matrícula nessas áreas. Isso, naturalmente, sem que houvesse prejuízo para o aumento da matrícula, nas áreas mais favorecidas do Brasil, também.

Mas, inequivocamente, só para dar um exemplo de que, na educação, a orientação foi essa. E aí concentrarmos, também, meios tecnológicos como, por exemplo, o estabelecimento de programas de treinamento em computação para as escolas públicas. Assim como houve, nessas mesmas áreas educacionais... (*O sistema de som volta a apresentar defeito e o Presidente passa a usar microfone sem fio.*)

Eu me referia ao fato – aliás, pertinente – da educação a distância. Precisa ser uma distância um pouco maior que essa, pelo menos. Mas que houve um programa de educação a distância, com clara mensagem para que alcançasse as zonas mais pobres do País e as populações mais carentes.

O mesmo se diga na questão da área de saúde pública, em que a ênfase foi claramente em prevenção; com inovações, notadamente agora, com o Ministro José Serra, no que diz respeito à saúde da mulher, área que havia sido sempre relegada e que agora tem sido uma de muita afirmação. E de cuidados básicos das comunidades mais pobres, onde nós ampliamos, decisivamente, o número de agentes comunitários de saúde. E as consequências, também, foram óbvias e avaliadas: houve queda da mortalidade infantil.

Então, as pessoas insistem em dizer que não houve políticas sociais, insistem em não ver a realidade ou, então, em deformá-la por razões políticas. Porém, efetivamente, houve opções e as opções foram claramente a favor das camadas menos favorecidas do país.

Diante de mim está o Ministro da Política Fundiária. Na reforma agrária, obviamente, qualquer dado que se pegue vai se verificar que o governo tem clara definição favorável à distribuição de terra. Aqui

houve, certamente, um esforço, como jamais na História do Brasil. O número de famílias assentadas é maior do que o jamais feito no Brasil. Mas não é só isso. Estamos fazendo programas de educação, nessas áreas, e agora estamos alterando – como já vamos falar – também nessa matéria o modo de atendimento das populações assentadas e a sua integração maior na comunidade local.

Portanto, claramente há opções de política social. E a opção pode não ser a mais simpática às camadas mais cultas, mas é a que mais se necessita neste país, que é atender as camadas menos cultas, que não têm voz, que não escrevem no jornal, que não criticam o governo, que não falam de neoliberalismo, sem saber do que se trata, porque, ao invés de falar conceitos, estão querendo saber é se estão ou não melhorando o seu nível de vida, concreto, no dia-a-dia.

O governo tem, portanto, uma clara opção – só não digo preferencial pelo pobres, porque o Ministro Clóvis Carvalho pode achar que é demasiado catolicismo de minha parte. Mas é certamente uma opção pelas camadas menos favorecidas da sociedade, com clareza. Com clareza, nessa direção. Isto tem custo no Brasil. Tem custo porque nunca houve, realmente, uma atenção sistemática para com essas camadas.

Agora, vamos ver o que diz respeito às questões mais próximas de nós, do Comunidade Solidária, depois de um esforço grande desses últimos anos, de rearticulação de programas de governo, de inovação de programas aí, através do Conselho da Comunidade Solidária, com a mobilização de recursos da sociedade civil. Depois dessa experiência de um começo de mobilização, não cabe dúvida de que nós precisamos dar passos mais audaciosos. E esses passos mais audaciosos dizem respeito a um conjunto de políticas sociais.

Na área específica da assistência social, o governo inovou também, na questão de retirada de crianças do trabalho forçado, em evitar o trabalho penoso para as crianças nas carvoarias, na cana-de-açúcar, no sisal. O governo inovou, ao quebrar a tradição assistencialista, do antigo Ministério do Bem-Estar Social, da antiga LBA. Vai inovar mais, quebrando o que restou dessa política assistencialista, na Secretaria de Assistência Social. Definiu critérios e integrou pro-

gramas que existiam só no papel, como a Loas, que é a Lei Orgânica da Assistência Social, que não existia e que passou a existir, para dar atenção às famílias mais carentes, aos idosos e aos que são portadores de deficiências físicas. Enfim, criou uma série de programas.

Quando se ouvem as críticas – e eu as ouço com satisfação – de que o governo não está dando agora recursos para essas áreas, citam-se programas que foram todos criados por este governo. Todos: Pronaf, Loas, Fundef, cesta básica – expandida de maneira enorme – trabalho infantil, médico de família.

Ora, se se dizia que o governo não tinha programa social, como é que agora se pede que o governo não corte recursos dos programas que ele próprio criou? Reconhece-se que criou. Pois bem, quero antecipar aqui: não vamos cortar recursos para esses programas. Não vamos cortar. Vamos, sim, combater o desperdício, porque ele existe.

Uma coisa são os meios, outra coisa são os fins. Nós vamos ter que olhar isso. Precisamos de um ajuste e vamos fazer o ajuste fiscal. Vamos fazer o superávit porque, sem isso, não conseguimos combater a inflação nem baixar a taxa de juros e, portanto, acabamos penalizando os mais pobres. Vamos fazer um ajuste, mas temos modos de fazer esse ajuste sem alcançar as atividades-fim. Essas é que são essenciais.

Ainda há pouco, dando uma entrevista, me referi ao fato de uma crítica que ouvi, sobre as cestas básicas. Essa crítica alega que nós teríamos cortado de 90 milhões de reais para 47 milhões, ou algo semelhante, os recursos no Orçamento para as cestas básicas. Ora, as cestas básicas custaram, o ano passado, 390 milhões. Só que não saem do Orçamento, saem da Conab.

Quando se corta no Orçamento, não quer dizer que se tenham cortado recursos para se chegar com a cesta básica lá. Em segundo lugar, é preciso perguntar, sim, se convém se essa cesta básica seja comprada em Brasília, empacotada e mandada, ou se é melhor que seja distribuída no local. É preciso perguntar, sim, se depois do programa do Fundef, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, onde houve recursos bastante abundantes, vai ser necessário ou não dobrar a merenda escolar nas

áreas mais pobres, mais carentes, posto que elas começam a ser menos carentes, porque outros programas já chegaram lá.

Logo, seria desperdício duplicar. E aí, sim, vamos cortar. Ninguém tem que ter medo de dizer que vai cortar, explicando por que cortou. Porque o objetivo de um governo não é gastar, é gastar bem. É gastar atendendo a população e não atendendo nem a burocracia, apenas, nem atendendo aos clamores da oposição ou de partidos que sejam do governo, que queiram gastar mais, sem necessidade. Não.

Vamos gastar bem e vamos preservar esses programas fundamentais, porque eles são essenciais para a manutenção de uma rede de proteção social, que se faz mais imperiosa, ou imperativa, ainda, num momento em que temos que fazer um ajuste fiscal e que, certamente, tem consequências negativas sobre o emprego da população, sobre as condições de vida da população. Portanto, neste momento é que nós precisamos ter, também, mais atenção para os programas sociais, que são capazes de dar uma condição de vida melhor àqueles que não têm por que ser atingidos pelos descalabros dos mercados financeiros internacionais.

Vamos, portanto, orientar a nossa área econômica, como já o fizemos, nesta direção. Espero que, brevemente, isso se possa traduzir em dados concretos, para que as pessoas sintam que, efetivamente, o trabalho social vai continuar avançando e que os críticos precipitados ter-se-ão equivocado, ao pensar que o governo não teria a responsabilidade – não se trata nem de sensibilidade social – mas a responsabilidade pública de fazer aquilo que é necessário.

Agora, precisamos inovar mais. Espero que esta reunião seja de inovação. Deixemos um pouco de lado a numerologia e vamos olhar mais a qualidade das questões. Hoje, temos possibilidades de integrar mais o conjunto de programas sociais. Creio que, agora, com a experiência do Doutor Milton Seligman nesses novos programas de desenvolvimento local, vamos poder começar com cento e trinta e poucos municípios. Já podemos avançar a partir desse patamar. E vamos incorporar, progressivamente, a cada dois, três meses, uma centena de municípios, de tal maneira que possamos andar mais depressa e modificar a

abordagem, um tanto setorializada, de programas que vão se acumulando, por uma abordagem mais integrada de programas.

Não há mais razão, por exemplo, no que diz respeito a certas comunidades de reforma agrária, de elas ficarem sobre a égide do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária – (Procera) e não se incorporarem ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – (Pronaf), havendo a possibilidade de aumentar os recursos disponíveis ao Pronaf e dar mais ênfase a isso. Não há necessidade de que o Pronaf fique desligado dos outros programas sociais, que são coordenados pelo Programa de Comunidade Solidária, se nós podemos, ao mesmo tempo, atacar a educação, e a saúde, ao mesmo tempo em que estamos fazendo programas de apoio à unidade familiar de produção agrícola.

Não há necessidade de se pensar na agricultura desligada do agro-business porque, no mundo de hoje, isso tem que vir junto. É preciso que haja, aí, também, uma integração maior. Não há necessidade de pensar-se, portanto, setorialmente, esses programas. E é este o passo, o desafio a ser enfrentado pelo Comunidade Solidária, pelos seus interlocutores, pelo Pronaf, por todos os grandes programas sociais do Brasil. Para quê? Para atender melhor e gastar menos. Atender melhor e economizar nos meios para chegar a esse atendimento.

Vamos fazer isso. Temos condições de fazer isso. Vamos avançar na linha de cuidar mais da qualidade e da avaliação dos resultados dos programas. Não adianta ter programas que se sobreponham uns aos outros, que saiam nos relatórios todos os anos, mas de que não se sabe a eficácia, e a eficiência tampouco. É preciso que haja programas que possam ser avaliados e modificados, ser corrigidos e não ser repetidos.

Já cansamos, o Brasil está cansado de ver, todo ano, a mesma questão: vai ao Orçamento, tem dinheiro, não tem dinheiro. Não é esta a questão. O que é que se fez com o dinheiro? Fez bem ou fez mal? Se fez mal, pára o dinheiro, se fez bem dá mais dinheiro. É preciso que haja, portanto, mais responsabilidade naqueles que estão dirigindo esses programas, de cortar o que está errado e pedir mais para o que está certo. E precisamos, também, crescentemente, avançar nos mecanismos de participação.

A sociedade contemporânea é uma sociedade participatória. Isso não quer dizer que a democracia não se deva basear nas representações, nos partidos do Congresso, nas leis, no Estado. Mas quer dizer que isso é insuficiente para dar o dinamismo que a sociedade, hoje, requer. Esse dinamismo precisa de instâncias de participação. E muitos dos nossos programas, notadamente no caso do Pronaf, dos que aqui estão presentes, são programas participatórios. Não é só no Pronaf. Nos programas de habitação, avançamos na direção participatória.

A construção de toda essa máquina que permite a participação é muito difícil. É muito lenta, é custosa, é trabalhosa. A participação ampliada traz o conflito para dentro da decisão do Estado. Mas, na democracia, o conflito é parte integrante da decisão do Estado. O Estado, na democracia, não existe para sufocar o conflito e para definir uma linha abstrata e autoritária. O Estado existe para mediar o conflito e para fazer com que haja um progresso crescente, avançando nos graus de solidariedade e de consciência dos problemas, de tal maneira que os conflitos diminuam, não pela imposição do mais forte sobre o mais fraco, mas pela argumentação mais competente, que leve a atender melhor a comunidade que está sendo servida pelos governos sociais. Temos que avançar mais nesses processos participatórios.

Em muitos processos participatórios, a ação da sociedade civil vai ser crescente: dos sindicatos, das igrejas, dos grupos que se organizam, do voluntariado – ontem, assinamos uma lei importante sobre o voluntariado –, de todo tipo de organização da sociedade civil. Isso é que é o Estado reconstruído como forma democrática e contemporânea. É isso que é preciso se fazer no Brasil, crescentemente. Evidentemente, a responsabilidade dos que somos parte direta do Estado é muito grande. Mas a responsabilidade dos interlocutores da sociedade é tão grande quanto. E quanto mais interlocutores nós tivermos, quanto mais for possível partilhar as decisões, não por medo de assumir a responsabilidade, mas pela consciência de que a decisão partilhada tem mais alcance, mais fácil será para se obter os resultados desejados. Havendo essa partilha de decisões, melhor será para o nosso país.

É por isso que, numa reunião como esta que aqui está se celebrando, o papel fundamental é o dos Senhores e das Senhoras que estão na base, que estão, realmente, discutindo esse problemas e esses programas no nível da sua realização.

Essas experiências que se vão formar são em quantos municípios? São 130 e quantos? Cento e trinta e três municípios, para começar. Precisamos colocar muito holofote sobre elas e incentivar a participação e a avaliação. Isso é o conteúdo realmente democrático e moderno de um país como o Brasil e de um governo que precisa atender a esse país. Muitas vezes, no processo de implementação, o tempo é enorme, mas vale mais a pena gastar tempo na implementação bem feita, do que fazer atropeladamente, de forma autoritária, porque o efeito social será menor quando os problemas vêm de forma atropelada.

Com muita freqüência se diz que o governo não tem sido eficiente na comunicação. Não partilho desse ponto de vista. Comunicação não é um processo pelo qual o Presidente fala, os meios de comunicação reproduzem e a população lê. Isso não existe dessa maneira.

A sociedade só se abre ao aprendizado do novo quando ela, de alguma maneira, é tocada por esse novo e, se possível, participa desse novo. A melhor maneira de comunicar é fazer. A melhor maneira de comunicar é fazer com que muitos participem desse processo de fazer. Esse é o desafio de uma comunicação que não seja demagogia, que não seja manipulação a partir do Estado ou retórica política, quando é muito fácil subir numa cadeira e fazer discurso: "O governo não faz nada, o governo não dá recurso para o pobre, o governo só serve aos banqueiros". Isso qualquer um fala, mas não tem efeito. E a população não se deixa mais levar por palavras.

Talvez seja isso um resquício da minha formação, digamos assim, da filosofia iluminista de acreditar na razão. Acredito na razão, mas na razão quando se torna uma razão social, ou seja, quando há certa abertura de debate, que faz com que o argumento não seja apenas *magister dixit*, a voz de quem fala como mestre, mas que seja um argumento que surja do próprio debate na sociedade.

Na medida em que se explica e essa explicação não é só doutoral, mas é seguida de uma prática, a população entende. A população entende a carência, a população entende as dificuldades, a população entende quando o governo tem necessidade de ser restritivo, porque não há recursos. Ela só não entende quando não se explica.

Quando alguém explica de forma ilusória, sob uma capa política, ideológica, de mistificação, a população não se deixa levar. É preciso um discurso competente, que seja um discurso verdadeiro e que seja franco, portanto, que seja um discurso aberto ao debate, aberto à participação daí porque essas reuniões são muito importantes, porque o êxito dos programas sociais, o êxito do que vai ser feito pelo Comunidade Solidária, dos programas que estão sendo desenhados, não depende só da tecnocracia do Estado. O êxito depende de a tecnocracia ser menos tecnocrática e de existir uma participação crescente dos que estão trabalhando nesses programas, e das populações que estão sendo atendidas por esses programas.

O êxito da política social não é uma decisão do Presidente da República, é uma ação de muitos. E entre esses muitos, os Senhores são participes importantes, porque são não apenas elo de transmissão, são muito mais do que isso, são “fazedores” – se eu posso usar essa palavra – de uma nova prática.

Quero terminar, porque já perdi a voz aqui, agradecendo a sua presença e dizendo da minha extrema confiança em que um país como o nosso, com tantas carências, com tantas desigualdades já sabe que as tem. Já cansou de ouvir a repetição delas e quer ver suas soluções. E soluções feitas democraticamente, do modo como nós estamos propondo aqui.

Acredito que o Doutor Milton Seligman, nessa sua função de coordenador da Secretaria da Comunidade Solidária, tem um papel de grande relevância no governo. E esse papel só poderá ser cumprido se os demais Ministros da áreas ditas sociais e os da área econômica estiverem juntos nesse processo. E se esse processo não se esgotar nos palácios de Brasília, mas se estender por esse Brasil afora, será graças à ação dos Senhores e das Senhoras.

Muito obrigado.